

Jorge Cruz e Leandro Mendonça (org.)

Os cinemas dos países lusófonos

V Simpósio Internacional | VII Mostra | Curso de Extensão

De 17 a 22 de setembro de 2013

3º volume

Rio de Janeiro
LCV/UERJ
2013

Guiné-Bissau: as imagens coloniais

Paulo Cunha¹²

Entre 1967 e 1972, por iniciativa do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), quatro jovens guineenses – José Columba Bolama, Josefina Crato, Flora Gomes e Sana Na N’Hada – receberam formação em cinema em Cuba (Instituto Cubano de Arte e Indústria Cinematográficas). A capacidade de produzir as suas próprias imagens era considerada pelo líder independentista Amílcar Cabral (1924-1973) como um importante meio revolucionário, fundamental para uma independência do gesto e do olhar e para a construção de uma memória própria. Assim, as primeiras imagens guineenses “descolonizadas” foram rodadas por esses jovens ainda antes da independência da Guiné-Bissau, auto proclamada em 1973 e reconhecida por Portugal em 1974.

Terceira maior colónia africana do império africano português, a Guiné-Bissau sempre teve maior relevância histórica e estratégica do que económica para o império colonial português, simbolicamente ligado ao início da expansão marítima portuguesa. Entre 1878 e 1915, o território da Guiné-Bissau foi alvo de várias “campanhas de pacificação” por parte das tropas portuguesas contra a resistência das diferentes etnias guineenses, intensificados pelos interesses de “ocupação efectiva” europeia manifestados antes, durante e após a Conferência de Berlim (1884-85) (Davidson, 1969: 19-22). Até 1936 ainda se registariam outros episódios esporádicos de confronto, mantendo presente ao longo das gerações, sobretudo nas populações rurais (cerca de 90% da população), um forte sentimento de desconfiança e resistência (Ibidem: 23).

Para Amílcar Cabral (1979: 9), as manifestações de resistência não pretendiam apenas destruir algo, mas também, simultaneamente, construir algo novo e assumiam quatro formas complementares: política, económica, cultura e armada (Ibidem: 111). Para o líder independentista, o cinema teria um papel importante na resistência cultural e na construção de alternativas ao olhar colonialista português.

12 Centro de Estudos Interdisciplinares do Séc. XX da Universidade de Coimbra (CEIS20-UC)

Até 1974, de acordo com as fontes consultadas, Portugal produziu cerca de meia centena de filmes onde se pode identificar como temática a Guiné Bissau. Esmagadoramente composto por documentário de curta-metragem, este *corpus* distribuiu-se desequilibradamente por quase cinco décadas, pontuado por acontecimentos políticos e sociais que seriam determinantes no ritmo da produção cinematográfica.

O objectivo deste texto, que integra um plano de pesquisa mais vasto, é começar por caracterizar o estado da arte acerca das imagens coloniais da Guiné produzidas por Portugal até à sua independência. Concretamente, procurarei identificar e contextualizar a produção dos filmes naquele ou sobre aquele território africano pelas autoridades coloniais portuguesas, assim como caracterizar o enquadramento político e cultural da visão colonial portuguesa sobre o seu império ultramarino.

Agência Geral das Colónias

Os dois primeiros filmes conhecidos datam do mesmo ano: *A Guiné Portuguesa* (1929, 91min) e *Guiné - Aspectos Industriais e Agricultura* (1929, 13min), de Augusto Seara. Se do primeiro pouco se sabe para além do título, o segundo foi uma produção da Agência Geral das Colónias e dos Serviços Cinematográficos do Exército e pode ser visionado na íntegra no sítio da Cinemateca Portuguesa¹³. Fazendo jus ao título e aos objectivos do principal produtor, este breve documentário pretende divulgar e valorizar as principais “riquezas indígenas” daquele território ultramarino português – a “mancarra” (amendoim), o “coconote” e o gado – através dos ciclos produtivos tradicionais. Para além desses aspectos sócio-económicos, o filme acaba com uma sequência filmada na mesquita de Cambor, onde se assiste à oração da tarde.

As imagens utilizadas neste segundo filme foram captadas aquando da Missão Cinegráfica às colónias de 1929, a mando da Agência Geral das Colónias, quando os Serviços Cartográficos do Exército viajaram por algumas das colónias africanas para as filmar e apresentar as imagens nas exposições coloniais internacionais em

¹³ Disponível em <<http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=3939&type=Video>>. Acedido em 14.08.2013.

que Portugal se preparava para participar (Piçarra, 2012: 62).

Fundada em Setembro de 1924, “para preencher uma falta de informação e de divulgação sobre as colónias”, a Agência Geral das Colónias estava subordinada ao Ministério das Colónias e integrava, à semelhança do que sucedia noutros estados europeus, um “movimento pela divulgação das riquezas e dos valores tropicais e também como procuradora e intermediária dos interesses dos Governos de cada uma das possessões ultramarinas” (Garcia, 2011: 119-120).

Foi neste espírito que a Agência promoveu, nos primeiros anos de existência, diversas iniciativas de cariz científico e cultural. Entre os anos de 1925 e 1930, o *Boletim* oficial da Agência¹⁴ dedicou apenas 6% das suas páginas (996) à Guiné, muito aquém dos 20% dedicados a Angola, os 14% a Moçambique e a par dos números registados para Índia (6%), Macau (6%), Timor (5%), Cabo Verde (5%), São Tomé e Príncipe (4%) (Ibidem: 272). Tematicamente, entre Junho de 1926 e Junho de 1932, período em que decorreu o regime da Ditadura Militar, o *Boletim* publicou 16 artigos sobre a Guiné, sendo que 9 artigos foram publicados num número especial sobre esse território colonial (n.º 44, de Fevereiro de 1929). Entre os assuntos divulgados, 5 artigos eram sobre “história” e outros 5 sobre “recursos naturais”, 3 sobre “economia”, 2 sobre “ciência colonial” e 1 sobre “política administrativa” (Ibidem: 351). Estes dados parecem-me bem representativos, primeiro, da importância da Guiné no contexto imperial português e, depois, das principais preocupações temáticas dos textos dedicados a assuntos guineenses.

Até 1932, a Agência foi dirigida por Armando Cortesão, a quem sucederia nesse ano o tenente-coronel Júlio Garcez de Lencastre, um funcionário que pretendia sobretudo servir a causa da Ditadura Militar e da sua Revolução Nacional de 1926 e transformar a Agência numa instituição de propaganda do Império português, representando Portugal em eventos internacionais ou a organizar eventos nacionais de divulgação colonial. Foi este novo dirigente quem, entre outras medidas, propôs a utilização dos serviços

¹⁴ Entre 1925 e 1961, com três designações distintas – Boletim da Agência Geral das Colónias (1925-35); Boletim Geral das Colónias (1935-51) e Boletim Geral do Ultramar (1951-61) - o Boletim publicou 438 números e um total de 17.600 páginas.

fotográficos e cinematográficos no esforço de propaganda e a criação de uma “cinemateca que recolhesse material audiovisual” sobre temáticas coloniais (Ibidem: 127-130).

O interesse colonial crescia em Portugal, que por esses anos participava na Exposição Ibero-americana de Sevilha (1929), na Exposição Internacional e Colonial de Antuérpia (1930) e na Exposição Colonial de Paris (1931). Em Agosto de 1932, entre inúmeras actividades, a Exposição Industrial de Lisboa promoveu também a vinda de “uma embaixada de mandingas da Guiné e os seus respectivos apetrechos e materiais que possibilitassem a construção de uma aldeia em local central do evento”, no parque Eduardo VII em Lisboa, para aí poderem dar a conhecer os seus batuques e danças tradicionais (Ibidem: 131). Essa “embaixada guineense” daria directamente mote a dois filmes: *África em Lisboa - exposição dos indígenas da Guiné na Grande Exposição Industrial Portuguesa* (1932, prod. Ulyssea Filme) e *Guiné, Aldeia Indígena em Lisboa* (1932, 16min, prod. Agência Geral das Colónias). O acontecimento mediático também terá justificado estreia de outros três filmes sobre temáticas guineenses por esses anos: *Guiné Bafatá - Portugal Colonial* (1932), *Pretos da Guiné* (1933) e *Batuques da Guiné* (1935, real. Aníbal Contreiras).

Entretanto, a Agência associou-se ao Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), o órgão da propaganda tutelado por António Ferro (1895-1956), para patrocinar o *1.º Cruzeiro de férias às colónias de África Ocidental*, decorrida entre Agosto e Setembro de 1935, dirigido por Marcelo Caetano (1906-1980), futuro ministro das Colónias (1944-1947) e sucessor de Salazar na Presidência do Conselho (1969-1974), e produzir um filme homónimo de propaganda à iniciativa. Datado do ano seguinte, esse documentário de 71 minutos, realizado pelo fotógrafo Manuel Alves San Payo e protagonizado por figuras ilustres como o escritor Jorge de Sena, o poeta e agrónomo Ruy Cinatti e o geógrafo Orlando Ribeiro, inclui imagens da Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola.

Depois do sucesso de uma primeira Missão Cinegráfica a Angola (1929), a Agência Geral das Colónias promoveu, entre Fevereiro e

Outubro de 1938, a Missão Cinegráfica às Colónias de África, chefiada pelo major Carlos Afonso dos Santos e dirigida tecnicamente por António Lopes Ribeiro (1908-1995), que por esses anos se tornava no cineasta oficial do Estado Novo, e composta por mais quatro técnicos especializados em som e imagem. Dessa missão Cinegráfica resultaria a produção de 9 filmes de curta-metragem, duas dedicadas exclusivamente à Guiné, e material para a longa-metragem *Feitiço do Império* (1940).

As duas curtas-metragens documentais foram assinadas por António Lopes Ribeiro: *Guiné, Berço do Império* (1940, 18min) e *Guiné Portuguesa* (1946). Apesar do segundo título datar de 1946, o filme é uma nova montagem de materiais recolhidos por Lopes Ribeiro na Missão Cinegráfica de 1938, como aconteceria com muitos outros filmes estreados durante a década de 40 sobre outras colónias portuguesas. De cariz declaradamente propagandísticos, ambos os filmes estavam destinados à exibição comercial e contribuiriam para a divulgação das imagens das colónias portuguesas no mercado nacional e internacional luso-falante.

Comemorar e redefinir

O ano de 1940 ficaria marcado pelas festas do Duplo Centenário e pela Exposição Colonial do Mundo Português. Mas estranhamente, de acordo com Maria do Carmo Piçarra (2011: 115-116), o principal jornal de actualidades deste período, *Jornal Português* (1938-1949), não mostrou grande interesse pelas temáticas coloniais: “Ao longo de 95 edições do *Jornal Português* as colónias tiveram escasso valor-notícia e só Angola foi filmada, uma vez. Apesar das viagens presidenciais às colónias terem sido acompanhadas por equipas de cinema, optou-se por não incluir qualquer reportagem filmada no local das actualidades cinematográficas.”

Sobre esta circunstância, Heloísa Paulo (2011: 108) esclarece que, no geral, a Segunda Guerra Mundial “produz um hiato nesta produção de documentários, interdita devido ao clima bélico que marca o Atlântico”, sendo o ritmo de produção só normalizado no final dos anos 40. Por outro lado, a 20 de Agosto de 1942, o ministério das Colónias publica legislação que visava a racionalização dos

meios de propaganda na Metrópole e nas Colónias (Garcia, 2011: 152).

Ainda assim, o interesse pela propaganda colonial continua presente nas preocupações do Estado Novo. Em 1944, por proposta do ministro das Colónias e com o aval do comissário nacional da Mocidade Portuguesa, é criada em Lisboa a Casa dos Estudantes do Império, associação de jovens “ultramarinos” a estudar na metrópole, de quem se esperava que “contribuísse para o fortalecimento da mentalidade imperial e do sentimento da portugalidade entre os estudantes das colónias” (Castelo, 2010: 2). No entanto, o resultado seria precisamente o inverso: “desde cedo, despertou nos seus membros uma consciência crítica sobre a ditadura e o sistema colonial e uma vontade de descobrir e valorizar as culturas dos povos colonizados. Foi encerrada por decisão governamental, em 1965, depois da sua sede ter sido invadida e selada pela PIDE.” (Ibidem)

Outra iniciativa oficial importante foi a comemoração do V Centenário da Descoberta da Guiné, que decorreu entre 23 de Julho de 1945 e 31 de Outubro de 1947. Naturalmente, as comemorações ficariam registadas no cinema com o documentário *Centenário do Descobrimento da Guiné* (1947), uma realização e produção de Manuel Luís Vieira. No entanto, não deixa de ser estranho que nenhuma outra produção cinematográfica tenha sido produzida nesse ano sobre a Guiné, nomeadamente no âmbito deste vasto programa de comemorações pelas várias instituições oficiais.

No discurso inicial do Congresso do V Centenário do Descobrimento da Guiné Portuguesa, promovido pela Sociedade de Geografia de Lisboa e integrado na “Semana das Colónias”, Marcelo Caetano falou sobre a Guiné, sublinhando que a valorização económica desse território dependia simultaneamente do “conhecimento científico”, do “povoamento europeu” e da “população indígena”, invocando os “heróis” desta possessão da África Ocidental e de realçar o papel que os mesmos tiveram na manutenção da soberania portuguesa naquelas paragens (Garcia, 2011: 290).

Esta significativa comemoração foi também o pretexto para a criação do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, que surge com os objectivos de “promover o desenvolvimento cultural da Guiné Portuguesa”, “proceder à organização do Museu da Guiné Portuguesa” e “dirigir a publicação do Boletim Cultural da Guiné Portuguesa”. Durante 28 anos (1946-1973), o Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, “órgão de Informação e Cultura da Colónia”, publicou 111 números e um total de 23.600 páginas. O Museu da Guiné Portuguesa foi criado em Bissau e contava ainda com uma biblioteca e um arquivo histórico.

O ano de 1947 não terminaria sem outros eventos importantes para a difusão da ideia de “Império”, com a Agência das Colónias a desempenhar o papel de promotor: a visita das autoridades tradicionais da Guiné a Lisboa (14 régulos e dos_17 auxiliares) e a inauguração do monumento a Nuno Tristão em Bissau (Garcia, 2011: 158).

Apesar das comemorações e do crescente interesse pelo “império colonial”, o final da Segunda Guerra Mundial promoveu alterações significativas no contexto colonial internacional. Em Portugal, a revisão constitucional de 1951 promoveu uma mudança semântica na política colonial portuguesa: a expressão “nação multirracial e pluricontinental” substituiu o conceito de império e as colónias passam a designar-se “províncias ultramarinas”.

Três anos depois, a nova Lei Orgânica do Ultramar de 1953 já reflecte um princípio integracionista e reforça a unidade do território metropolitano e ultramarino. No ano seguinte, a promulgação do “Estatuto dos Indígenas das províncias da Guiné, Angola e Moçambique” permitia o acesso gradual dos autóctones desses territórios à cidadania plena, com algumas condições (Ibidem: 559).

Entretanto, em 1951, a Agência Geral das Colónias mudaria a sua designação para Agência Geral do Ultramar e via as suas competências alargadas, nomeadamente ao nível do turismo. Seis anos depois, a divisão de Propaganda deixou de existir, mas a Agência mantinha nas suas funções a organização de reportagens fotográficas, radiofónicas, cinematográficas e televisivas, “de acontecimentos ocorridos no ultramar ou que a este interessem”

(Castelo, 1999: 63). O cinema passou a ser um importante aliado para “passar as suas mensagens de informação e divulgação ultramarina”:

“por iniciativa do ministério das Colónias, mandara a Agência construir uma viatura para cinema ambulante que em missão de propaganda deveria percorrer Angola, projectando para as populações locais filmes da realidade metropolitana, antes de seguir depois para a costa do Índico, onde em Moçambique faria a mesma vulgarização junto dos autóctones dessa possessão. (...) Deveremos notar que os filmes enviados para projecção nessas colónias diziam respeito aos mais variados assuntos e referiam-se a temáticas relacionadas com aspectos culturais, nomeadamente monumentos, paisagens, paradas militares, procissões e desafios de futebol.” (Garcia, 2011: 161-162)

Para reforçar a nova estratégia propagandística colonial, no início da década de 50, o Estado Novo acolhe Gilberto Freyre, o sociólogo brasileiro que, anos antes, cunhara o conceito do luso-tropicalismo que agora servia de justificação ou legitimação à política ultramarina portuguesa e ao seu modelo de civilização. A convite do governo português, Gilberto Freyre visita, entre 1951-52, os vários territórios coloniais portugueses: depois de ter estado alguns meses em Portugal continental, Freyre começa por visitar a Guiné, depois Cabo Verde (ilhas do Sal, Santiago e São Vicente), São Tomé e Príncipe, Angola, Goa e Moçambique; regressaria a Portugal sem visitar Timor, como estava inicialmente previsto.

Cinematograficamente, falando sobre a temática colonial, a década de 50 seria escassa. Apenas se conhecem três filmes desse período: *Viagem Presidencial à Guiné e Cabo Verde* (1955) de Ricardo Malheiro; *Viagem Presidencial à Guiné* (1955, 11min) de António Lopes Ribeiro; e *Tipos e Raças da Guiné* (1956), de Perdigão Queiroga e Ricardo Malheiro. Naturalmente, os dois primeiros são filmes de reportagens sobre a visita do então Presidente da República Francisco Craveiro Lopes (1894-1964) aos territórios da Guiné e Cabo Verde. O primeiro filme de Ricardo Malheiro está dividido em seis partes, sendo três dedicadas a Cabo Verde e as outras três à Guiné: Bissau no primeiro segmento, Bolama e Bafatá no segundo e o percurso de Farim a Bissau no terceiro. O filme de

António Lopes Ribeiro foi financiado pelo próprio secretariado de propaganda (entretanto rebaptizado de SNI), envolvendo vários elementos da equipa técnica do *Imagens de Portugal* (jornal de actualidades produzido entre 1953-70), e foi uma espécie de registo oficial da viagem do presidente a bordo do navio Bartolomeu Dias.

De resto, terão sido também estas imagens as usadas no n.º 58 desse noticiário cinematográfico, analisado por Maria do Carmo Piçarra. Após visionamento, a investigadora conclui que uma análise sumária das imagens e da narração

“comprova a falta de incorporação, pela propaganda, nas actualidades, do luso-tropicalismo e a conservação de um registo ainda próximo do do filme de ficção Feitiço do império: ‘[...] 30 mil indígenas de todas as raças, que fazem da Guiné um verdadeiro tesouro etnográfico, vieram de toda a província para saudar o general Craveiro Lopes. (...) O General Craveiro Lopes foi acompanhado por um emocionante cortejo a pé, onde os Fulas, os Papéis, os Balanta, Mandingas, Manganhas e Bijagós vitoriavam a mesma Pátria, a mesma bandeira e o mesmo chefe’.” (Piçarra, 2012: 157).

A mesma investigadora acrescenta ainda:

“Afirmação, portanto, da unidade do império mas não da multirraciedade - apesar de enunciar-se a diversidade racial existente na Guiné ela não é enquadrada na ‘portugalidade’. O que há, claramente, é o enaltecimento da submissão das populações guineenses ao colonizador português sem se sublinhar uma suposta hibridez que só se fará quando o luso-tropicalismo é incorporado no discurso do poder político (e não apenas usado como argumento pelo discurso diplomático para o exterior, como se sabe que aconteceu neste período).” (Ibidem: 157-158).

Para melhorar as relações de comunicação entre a metrópole e os espaços coloniais e a comunidade internacional, o Estado Novo criou, em Março de 1959, os Centros de Informação e Turismo (CIT) das províncias ultramarinas, começando logo a funcionar os de Angola, Moçambique e Estado da Índia. Os CIT de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Macau e Timor só seriam criados em

Dezembro de 1960 (GARCIA, 2011: 168). Assim, a partir de 1959, estes novos organismos passaram a promover a produção de álbuns fotográficos, boletins, desdobráveis, folhetos, guias, mapas, pequenas monografias das regiões tropicais do seu Império, contribuindo para um investimento na política de divulgação turística a propósito das colónias.

Entretanto, o *Boletim* da Agência continuava a ser um meio eficaz de divulgação. Entre 1946-61, a relação de temáticas sobre a Guiné foi a seguinte: sobre “ciência colonial” (56%), história (26%), recursos naturais (7%), política administrativa (7%) e economia (4%) (Ibidem: 358). Comparativamente com o período da Ditadura Militar, parece-me evidente uma maior preocupação pelos assuntos “científicos” e “históricos”, procurando enquadrar a colonização portuguesa na categoria de missão civilizacional e afastá-la dos interesses políticos e económicos.

A guerra

Os acontecimentos de 4 de fevereiro de 1961 (ataque à cadeia de Luanda, Angola, reivindicando pelo MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola), de 15 de março (ataque da UPA – União dos Povos de Angola), 13 de abril (o ditador Oliveira Salazar profere o célebre discurso: “rapidamente e em força”) e 19 de abril (embarque das primeiras tropas para Angola) tornaram a Guerra Colonial no foco da atenção mediática da sociedade portuguesa. Logo em Setembro de 1961, o novo ministro do Ultramar, Adriano Moreira, visitava as principais possessões africanas, começando por Moçambique e terminando na Guiné, um mês e meio depois (Garcia, 2011: 169).

Os confrontos armados iniciavam-se pouco depois noutros territórios coloniais: na Guiné, os primeiros confrontos datam de Julho de 1961, em zonas fronteiriças, mas o conflito só se intensificou a partir do ataque dos guerrilheiros do PAIGC ao quartel de Tite, em Janeiro de 1963; em Moçambique, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) inicia as hostilidades em Setembro de 1964, com ataques em vários pontos do território.

Mas se os acontecimentos verificados a partir de 1961 colocaram o Ultramar na ordem do dia, o regime tinha ainda certa relutância em mostrar imagens do conflito. A censura, útil instrumento ideológico do Estado Novo, tratou de vigiar e filtrar os acontecimentos da Guerra Colonial em benefício do regime, desempenhando assim um papel central na defesa da imagem do Estado Novo, dedicando-se a evitar que a política ultramarina da Nação fosse objeto de críticas, permitindo, porém, críticas consideradas construtivas ou patrióticas. Ao que Maria do Carmo Piçarra (2012: 212) apurou, a primeira vez que o noticiário *Imagens de Portugal* alude “quer ao tema militar quer à guerra também em território guineense é na edição nº 334! Fá-lo para noticiar o regresso a Lisboa, no Niassa, do Batalhão de Caçadores 512 e o de Cavalaria 490, ‘que na Guiné se distinguiram pela sua acção contra o terrorismo’. Novo regresso, de 2300 soldados, chegados a Lisboa no navio “Vera Cruz”, é noticiado no nº 338.” Esses números 334 e 348 do *Imagens de Portugal* datam, respectivamente, de 1965 e 1966.

Nos anos seguintes, o Estado Novo desencadearia várias campanhas de sensibilização da opinião pública metropolitana que visava convencer a população de que Portugal (“nação multirracial e pluricontinental”) tinha necessidade de agir contra os “terroristas” que ameaçavam a identidade nacional e a soberania e manutenção do Império, da “maneira de ser português” e da sua “vocação universalista”. O regime, consciente de que a sua sobrevivência se jogava em África, não hesitou em recorrer ao dogmatismo, pretendendo produzir na consciência coletiva o sentimento de que a sobrevivência física e espiritual do Império passava pela Guerra Colonial (Vaz, 1997: 140-141).

É neste contexto que são organizadas mais visitas protocolares aos territórios coloniais. Da visita de Américo Thomaz (1894-1987) de 1968 a Cabo Verde e à Guiné surgiria o documentário *Viagem Presidencial à Guiné* (1968), de Perdigão Queiroga. O noticiário *Imagens de Portugal* também destacou esta visita, nas suas edições 399, 400 e 401. Maria do Carmo Piçarra (2012: 227-228) destaca uma passagem da narração que considera “exemplar do discurso da propaganda política” da época:

“O presidente Américo Tomás desembarca na portuguesa terra da Guiné perante a aclamação de milhares e milhares de pessoas. Bissau inicia assim sete dias de uma festa permanente e que contagia os corações de todos [...] Grande foi a missão dos que tombaram no dever, livremente oferecido à Pátria. Por isso, para eles foi a primeira homenagem do Chefe de Estado. E logo não foram esquecidos aqueles outros que também marcaram na própria carne o triunfo de se obrigarem a uma defesa na guerra, que nos é imposta através das nossas fronteiras. Recordou então, o Almirante Américo Tomás, todos os recantos da Guiné Portuguesa dedicando particular atenção a quanto de específica tem a admirável comunhão das diversas etnias [...]”

No ano seguinte, a viagem de Marcelo Caetano a Guiné, Angola e Moçambique, a primeira vez que um Presidente de Governo saía da Europa para ir visitar as suas possessões em África, resultaria no documentário *A Viagem Presidencial à Guiné, Angola e Moçambique* (1969, 17m). O *Imagens de Portugal* também acompanhou esta visita: “Segundo a narração, agradeceu, na varanda do palácio ‘as demonstrações de simpatia que o povo, aglomerado na Praça do Império, lhe tributou.’ Ao fim da tarde esteve no cemitério militar ‘a prestar homenagem aos que na Guiné tombaram em defesa de Portugal’.” (Ibidem: 228).

De resto, já anos antes, em 1962, a viagem ministerial de Adriano Moreira às colónias também havia merecido o destaque do *Imagens de Portugal*: as edições n.º 256, 257 e 258 traziam imagens do ministro em Cabo Verde e na Guiné (Ibidem: 193).

Como explica José Luís Carvalhosa, operador do *Imagens de Portugal* entre 1966 e 1968, estas visitas eram muito disputadas pelos produtores porque estes aproveitavam para filmes avulsamente imagens dos territórios coloniais para depois reutilizar e remontar em outros filmes (apud Piçarra, 2012: 244), como de resto acontecia já nas décadas anteriores. O mesmo Carvalhosa acrescenta que nessas viagens havia um “protocolo rígido definido pelo Ministério do Ultramar e pelo SNI” (Ibidem: 245).

Com os filmes anteriores, a Guiné foi tema principal em 21 filmes produzidos na década de 1960, isto sem contar com as reportagens

televisivas que entretanto também se multiplicavam. Foi, de longe, a década onde mais cinema se produziu sobre esse território colonial português.

Como é natural, a maioria desses filmes dizia respeito a acontecimentos relacionados com a Guerra Colonial: *Missão na Guiné 1* (1964); *Missão na Guiné 2* (1964); *Missão na Guiné 3* (1964); *Missão na Guiné 4* (1964); *Missão na Guiné 5* (1964); *Missão na Guiné* (1965), de Luís Miranda; *Exército na Guiné 1 - Operação* (1966); *Exército na Guiné 2* (1966); *Uma Operação na Guiné* (1966); *Auto-Defesa - Guiné* (1967); *O Exército na Guiné 3* (1967); *O Exército na Guiné 4* (1967); *A Engenharia na Guiné* (1968); *O Exército na Guiné 5 - Auto-Defesa das Populações* (1968); *A Força Aérea na Guiné 1* (1968); *Guiné 68* (1968), de Quirino Simões; *A Marinha na Guiné* (1968); *A Instrução do Exército na Guiné* (1970); *Força Aérea na Guiné 2* (1970); *A Força Aérea na Guiné 3* (1970); *A Marinha Na Guiné 1* (1970); *A Marinha Na Guiné 2* (1970); e *Guiné* (1970).

O Exército e a televisão pública (RTP) foram os principais produtores de imagens coloniais durante o período da guerra. Se a RTP tinha problemas frequentes com a censura, e muitas imagens permaneceram inéditas nos arquivos por décadas, o Serviço de Informação Pública das Forças Armadas (SIPFA), ao longo dos anos de guerra, foi dos poucos produtores com autorização para filmar a guerra em si, desde a frente de combate ao dia-a-dia dos soldados nos seus aquartelamentos. Entre 1969 e 1970, o SIPFA produziu mesmo o *Jornal Militar de Actualidades*, um jornal noticioso que somou 19 edições.

Fundados em 1917, por causa da participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial, os Serviços Cinematográficos do Exército tinham como finalidades documentar as operações militares para fins de formação, oferecer distrações cinematográficas aos combatentes e servir de instrumento de propaganda (Ribeiro, 1983: 185). Com uma existência relativamente discreta nas décadas seguintes, Portugal não participaria oficialmente noutra guerra até à Guerra Colonial, o conflito com os movimentos de libertação das colónias portuguesas fez ressurgir e desenvolver a capacidade operacional deste departamento cinematográfico público.

Durante a Guerra Colonial, muitos cineastas que eram incorporados nas forças armadas eram integrados nos serviços de cinema. Na Guiné, por exemplo, o Exército contou com os serviços dos irmãos Fernando e João Matos Silva, que mais tarde usariam algum do material rodado no cenário de guerra para incorporar a longa-metragem *Acto dos Feitos da Guiné* (1980).

De produção privada, mas igualmente enquadrados na estratégia de propaganda colonial, surgiriam também: *Guiné a Caminho do Futuro* (1971), de Quirino Simões; *Visita de Guineenses à Metrópole* (1970); *Guiné I* (1972), de Abel Escoto; *Guiné II* (1972), de Felipe de Solms; e *Guiné 74* (1974, 15min).

Fora de contextos político-militares, contam-se outros filmes sobre a Guiné com origens e objectivos distintas: *Guiné - Aspectos Vários* (1963, 16min), de Rogado Godinho; *Água e Floresta - Guiné* (1967); *O Combate à Doença do Sono Na Guiné* (s.d.), de Fernando da Cruz Vieira; *Pressão Sanguínea* (1970), de A. Roldão dos Santos.

Algumas considerações

Fundado clandestinamente em 1956, o PAIGC acabaria por se legalizar quatro anos mais tarde e ficaria sediado em Conacri, capital da vizinha República da Guiné do Presidente socialista Ahmed Sékou Touré, grande aliado dos independentistas guineenses. A partir da legalização, o PAIGC começou a actuar com maior visibilidade no panorama internacional (Tunis, Londres) e a recrutar colaboradores no próprio território, formando um exército que, a partir de Janeiro de 1963, inicia as hostilidades contra o sistema colonial e a administração portuguesa e não, como Amílcar Cabral sempre distinguia, contra “o povo português”.

Amílcar Cabral apercebeu-se desde cedo da importância das imagens e da sua capacidade persuasiva na divulgação de discursos e doutrinas. Conhecedor profundo da administração portuguesa e do Estado Novo, estudara durante anos em Lisboa e trabalhara em instituições públicas portuguesas em Lisboa e na Guiné, o jovem líder independentista sabia que as imagens “descolonizadas” seriam importantes na mobilização dos guineenses na luta pela independência, na divulgação internacional das pretensões guineenses e, em último caso, na disponibilização para “o povo

português” de uma outra versão da história que fosse diferente da vinculada pelo aparelho propagandístico do olhar colonial.

Referências bibliográficas

Cabral, Amílcar (1979). *Análise de alguns tipos de resistência*. Bolama: Imprensa Nacional, 1979.

Castelo, Cláudia (1999). *O modo português de estar no mundo : o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa: 1933-1961*. Porto : Afrontamento.

Castelo, Cláudia (2010). «A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial». Trabalho apresentado em 7.º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, In 50 anos das independências africanas: desafios para a modernidade: actas, Lisboa.

Cunha, Paulo (2003). «Cinema e Colonialismo no Cinema Português», in Estudos do Séc. XX – *Colonialismo, Anticolonialismo e Identidades Nacionais*. Coimbra: Centro de Estudos Interdisciplinares do Séc. XX da Universidade de Coimbra.

Davidson, Basil (1969). *The liberation of Guine: Aspects of an African revolution*. Londres: Penguin.

Garcia, José Luís Lima (2011). *Propaganda e ideologia colonial no Estado Novo: da Agência Geral das Colónias à Agência Geral do Ultramar 1924-1974*. Tese de doutoramento em História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Matos-Cruz, José de (1989). *Prontuário do Cinema Português 1896-1989*, Lisboa: Cinemateca Portuguesa.

Matos-Cruz, José de (1983). *António Lopes Ribeiro*, Lisboa: Cinemateca Portuguesa.

Paulo, Heloísa (2011). «Documentarismo e Propaganda: as imagens e os sons

do regime», in Torgal, Luís Reis (coord.). *O Cinema sob o olhar de Salazar...* Lisboa: Temas & Debates. 2.ª edição.

Piçarra, Maria do Carmo (2011). *Salazar vai ao cinema II - A “Política do Espírito” no Jornal Português*. Lisboa: DrellaDesign, Lda.

Piçarra, Maria do Carmo (2012). *Azuis ultramarinos: propaganda colonial nas atualidades filmadas do Estado Novo e censura a*

três filmes de autor. Lisboa: Tese de doutoramento em Ciências da Comunicação – Cinema apresentada à Universidade Nova de Lisboa.

Pina, Luís de (org.) (1966). *O Ultramar e o cinema 1965-1966*: Lisboa: Comissão Ultramarina da Liga dos Antigos Graduados da Mocidade Portuguesa.

Ribeiro, Manuel Félix (1983). *Filmes, figuras e factos da história do cinema português 1896-1949*. Lisboa: Cinemateca Portuguesa.

Vaz, Nuno Mira (1997). *Opiniões Públicas durante as Guerras de África*. Lisboa: Quertzal Editores, Instituto de Defesa Nacional.